



RELATÓRIO DO ZSEE INDÍGENA EM JUÍNA

Adriana Werneck Regina

JULHO DE 2009

Apresentação

No contexto da Audiência Pública no Pólo Juína, do Projeto de Lei do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico (ZSEE-MT), os deputados estaduais da Assembléia Legislativa (AL) se comprometeram em realizar outro Seminário Técnico voltado especificamente para os povos indígenas do noroeste do estado. Este evento foi marcado para o dia 09 de julho de 2009.

Nesta data houve a presença das equipes técnicas da AL e Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), inexistindo a participação de deputados estaduais.

Vale a pena registrar que no bojo da construção deste acordo, a maioria dos indígenas reivindicou a ocorrência de uma Audiência Pública para eles e, que o corpo legislativo favoreceu a sugestão de um indígena que era a realização de um Seminário Técnico, de onde se formaria uma comissão indígena para dialogar com a comissão especial do ZSEE da AL, em Cuiabá. Embora esta proposta não representasse a posição da maioria, foi a acatada pelos deputados estaduais, o que contribuiu para a não obrigatoriedade de sua presença no dia 09 de julho, em Juína. Por sua vez, isso impediu a oportunidade de “ouvir”, conhecer e aprender sobre os diversos pontos de vista vindos da diversidade étnica quanto à concepção de desenvolvimento econômico e ecológico que o estado deve considerar e valorizar.

Registra-se ainda que a alternativa de outra data para a Consulta Pública aos indígenas derivou das posturas da classe patronal local, engajada em reprimir, dificultar e ameaçar a participação, em nível de igualdade, dos indígenas no dia do Seminário Técnico e Audiência Pública programada para o Pólo Juína.

Além de criar um clima de conflito e hostilidade quanto às manifestações de representantes indígenas, resgata-se que os fazendeiros proibiram os donos dos hotéis da cidade em hospedar os indígenas nos dias desta Consulta Pública à sociedade civil.

Dito isto, anterior à realização do Seminário Técnico, no dia 09 de julho, houve um encontro nos dias 07 e 08, na Casa de Retiro, em Juína, para a preparação das lideranças indígenas. É nesta conjuntura, que eu, Adriana W.R., atuei, contribuindo para este momento preparatório, bem como para a sistematização dos resultados dos grupos de trabalho e registro das propostas da plenária indígena.

Terras Indígenas e público envolvidos

Estavam presentes lideranças dos povos Rikbaktsa, Cinta Larga, Enawene Nawe, Irantxe e Myky, ressaltando que os três primeiros povos estavam presentes em maior número.

A região dos rios do Sangue, Juruena e Arinos abrange os territórios destes povos como as T.I.'s Serra Morena, Japuira, Escondido, Erikbaktsa, Roosevelt, Irantxe, Myky, Enawene Nawe e Parque Indígena Aripuanã.

Esta informação torna-se significativa quando as bacias hidrográficas relacionadas às T.I.'s ganharam relevância enquanto referências para as diretrizes propostas pelo segmento indígena ao ZSEE.

Metodologia do encontro

Foram organizados grupos de trabalho que se dedicaram em levantar os problemas do entorno das Terras Indígenas onde moram. Posterior à apresentação dos grupos, observou-se que vários temas reincidiram. Portanto, foi feita uma sistematização destas recorrências, resultando na elaboração dos seguintes itens: Pesca, Caça, Queimada, Agrotóxicos, Projetos de Assentamento, Alcoolismo, Prostituição, Ocupação no limite da área, Hidrelétricas, Garimpo, Exploração Madeireira, Turismo, Invasões, Saúde e Educação, Biopirataria, Demarcação e Bacias hidrográficas.

Em seguida, foi formada uma equipe de coordenação indígena para fomentar o debate e deliberação de propostas para cada um destes temas.

O registro das propostas consensuais converteu-se num documento que contém as demandas dos povos indígenas do noroeste para o ZSEE.

Seminário Técnico do dia 09 de julho.

As equipes técnicas da AL e SEPLAN planejavam realizar o Seminário Técnico, a partir da formação de grupos de trabalho, por subzonas da categoria de uso 3, conforme a incidência delas nos entornos das Terras Indígenas em questão. Seria a reprodução do modelo dos Seminários Técnicos ocorridos nos 12 Pólos, em que cada diretriz era lida e submetida à aprovação, reelaboração ou reprovação.

Entretanto, o dia foi dedicado para a plenária continuar debatendo e deliberando suas propostas relacionadas aos temas biopirataria, fiscalização e saúde e educação, pois os dois dias anteriores foram insuficientes para concluir tal debate propositivo.

Contudo, o referido documento confeccionado a partir do registro destas propostas da plenária foi valorizado como expressão do Seminário Técnico.

Avalia-se que a valorização desta vivência de debate e deliberação resultante de uma mobilização e articulação indígena foi positiva e, mais promissora, do que teria sido a realização do planejamento pela equipe técnica.

Os problemas do entorno das T.I.'s do Noroeste, no ponto de vista indígena

A questão para os trabalhos de grupos era o levantamento dos problemas do entorno e, os resultados demonstraram que a análise deles compreendia a ocupação no entorno e de outras regiões a ele relacionadas.

Isso manifesta a capacidade de interconectar fenômenos sociais, econômicos e ambientais de várias localidades, exprimindo uma visão em termos de cadeia de relações, onde a consideração de um limite geográfico, caracterizado como entorno, é insuficiente como palco de diagnóstico e elaborações de diretrizes.

Rios, peixes e agrotóxicos

Identificavam as nascentes dos rios, o seu curso, a zona de confluência com outros rios e até os córregos, que no período da cheia, faziam parte do fluxo destas águas. Essa amplitude era valorizada como referencial para as propostas em prol à sustentabilidade da vida de todas as comunidades que dependiam destas águas, sendo elas humanas e não-humanas. Neste particular, lembraram dos ribeirinhos, das diferentes comunidades étnicas, dos peixes e dos animais que bebiam e tomavam banho nestes rios.

Novamente, a amplitude da visão ganha relevo, confrontando um modo de pensar ocidental em que a fragmentação de conhecimento e a supervalorização da espécie humana se impõem.

Além disso, evidenciaram como a pesca era afetada por isso, atingindo a sustentabilidade cultural de tantos povos que a têm como relevante atividade.

No diagnóstico destes indígenas, resgataram a ocupação de lavouras na margem das nascentes dos rios, dos cursos dos rios e dos córregos. Afirmaram isso como um problema, que além do desmatamento decorrente, há o uso intenso de agrotóxicos que os contaminam.

Neste levantamento de dados, especificaram quais são eles: Juruena, Papagaio, Aripuanã, e outros. Muitos nomes foram pronunciados, dado o elevado nível de especificação, entretanto, optamos em registrar os “rios grandes”, como disseram.

Resgata-se ainda a consideração de quais atividades que cada lavoura considerada desenvolve, como o monocultivo de soja, algodão, milho e girassol, sendo capazes de construir um mapa, localizando as especificidades deste levantamento sócio-econômico. Incluíram-se ainda, as atividades de exploração madeireira.

E foi neste paradigmas das inter-relações que identificaram os problemas, quando os rios que perpassam as Terras Indígenas são vistos como um corpo inteiro, e não fragmentado em porções.

Outro problema levantado foram os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) nos rios Juruena, Arinos e do Sangue, exemplificando a da "Água Braba" (Juruena), Travessão do Índio (Arinos) e no Salto Roncador no rio do Sangue.

Merece ser destacado ainda o Projeto de Usina Hidrelétrica Dardanelos no rio Aripuanã que destruiu o cemitério, de valor sagrado para os povos Cinta Larga e Arara. Compromete a T.I. Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã. Neste particular, enfatizaram que não concordam com a continuidade das obras e aguardam o retorno do Ministério Público (MP). Reiteraram a mesma posição em relação à PCH de Juína que, em 25 anos de processo, não houve retorno decisivo. Avaliaram que há morosidade dos órgãos públicos, concebidos como apoiadores dos interesses dos grandes empreendedores.

O encontro, portanto, promoveu a expressão de tantos problemas que extrapolam as competências de órgãos estaduais. Entretanto, os indígenas vêem a inter-relação deles com os órgãos estaduais, que em princípio exprimem um modo de agir, comum, do estado. Como que o desenvolvimento sustentável econômica e ecologicamente seria pautado pelo escamoteamento de tais empreendimentos hidrelétricos; Qual é a compatibilidade do PAC com o ZSEE;

Ainda em relação aos rios, identificaram a incidência de pesca predatória no entorno de T.I.'s, na região de confluência dos rios Arinos, Juruena e do Sangue, provocando redução de pesca, e pesca ilegal dentro de T.I.'s.

Especificaram que na região dos Rios do Sangue, Juruena e Arinos, a invasão na T.I. Japuíra acontece à noite.

A ausência de fiscalização foi discriminada como outro problema. Percebe-se aqui a riqueza de dados sociais, econômicos e ambientais que subsidiariam a elaboração de uma estratégia mais eficaz. As diretrizes propostas pelos indígenas consideraram estes dados para as suas proposições, devendo ganhar legitimidade pela ampla capacidade de diagnosticar profundamente os problemas sócioambientais do estado.

Outros fatores foram levantados como comércio de peixes entre indígenas e assentados, por preço baixo, estimulando a pesca predatória dentro e no entorno das T.I.'s.

Caça

A caça de paca, jacaré, tracajá por fazendeiros culminam na redução destes recursos para as populações locais em que a caça é parte da soberania alimentar. Agrava-se ainda a produção de lixo produzido por estes atores, referentes às partes não aproveitadas do animal caçado.

Queimada

No ZSEE-MT inexitem diretrizes voltadas ao controle e combate de queimadas. Entretanto, o segmento indígena lembrou que é um sério problema, intimamente relacionado ao desenvolvimento sustentável do estado. A sua prática envolvem latifundiários e assentados e atingem o entorno e dentro de Terras Indígenas.

Ocupação no limite das Terras Indígenas

As grandes fazendas, dedicadas ao agronegócio da soja, cana, milho, algodão e outras espécies, os Projetos de Assentamento e a exploração de minérios e madeira incidentes nas zonas limítrofes das T.I.'s foram enfatizadas como um problema. Em comum comprometem a saúde pública da população indígena e, sobretudo, a sua sustentabilidade cultural, em que há um modo específico de relação com o meio ambiente.

Neste item, especificaram o garimpo no rio Presidente Médici que passa na T.I. Serra Morena, contaminando a água que é usada no cotidiano da vida desta comunidade. Também

falaram sobre a exploração de minérios nas T.I.'s Aripuanã e Roosevelt. Na primeira, em especial, esclareceram que ela acontece em locais fora de controle dos indígenas.

A T.I. Escondido, enfatizou o problema da exploração madeireira na zona limítrofes, que acontece sem fiscalização.

Apesar de manifestarem outras situações identificadas como problemas, destacam-se estes, acima expostos, que se configuram como uma visão ampla que considera não só a ocupação do entorno, mas um modo de ocupar o meio ambiente, que traz problemas para as populações indígenas e não-indígenas também.

Propostas dos indígenas para o ZSEE-MT

Os indígenas demonstraram a capacidade que têm de levantar dados com valor de um breve diagnóstico sócio-econômico-ambiental do entorno. Salienta-se, entretanto, que o entorno assume outra perspectiva de olhar, conforme colocado anteriormente.

É a partir deste paradigma das inter-relações que as propostas foram construídas.

Segue-se abaixo o registro de várias diretrizes deliberadas pelos indígenas para o ZSEE-MT, que permitem conhecer o posicionamento político deste segmento específico, assim como, a sua contribuição para construir um estado sustentável e democrático.

Propostas para a pesca

Os índios, SEMA, FUNAI, IBAMA e outros órgãos públicos assumirem a fiscalização

Colocar postos de fiscalização dentro e fora das Terras Indígenas

Formar grupos de indígenas para se dedicarem à fiscalização

Oferecer capacitação para este grupo que vai assumir o papel da fiscalização

O grupo indígena ser remunerado por prestar este serviço de fiscalização

Ter infra-estrutura e equipamentos necessários para realizar a fiscalização via fluvial e terrestre, como GPS, máquina fotográfica, meio de comunicação, barcos, combustível, machado, foice, facão, bateria, celebrim, motores e carro.

Garantir recurso para fiscalização

Ter fiscalização permanente no entorno dos rios do Sangue, Juruena e Arinos nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Os invasores dentro da Terra Indígena serem retidos pelos indígenas com o objetivo dos órgãos públicos competentes o capturarem para a prisão.

Ter posto de fiscalização, em funcionamento permanente, nas regiões de confluência dos rios Arinos, Juruena e do Sangue e rio Papagaio

Ter funcionários indígenas nestes Postos de Fiscalização

Reter o produto e multar o comércio de peixes que estão fora do peso e medida estabelecidos legalmente.

Garantir o cumprimento da legislação já existente

O comerciante deverá pagar um preço justo pelo peixe e este preço tem que ser tabelado.

Proposta para a queimada

Estabelecer regras para controlar as épocas que podem realizar queimadas, com a participação dos indígenas

Garantir o cumprimento destas regras a serem desenvolvidas.

Controle das queimadas nas proximidades das estradas, principalmente nas regiões ocupadas por atividades agropecuárias.

Desenvolver programa de capacitação para os indígenas e não-indígenas para o combate e controle de queimadas.

Desenvolver educação ambiental para indígenas e não-indígenas.

Propostas para o agrotóxico

Proibir o uso de agrotóxicos na área de 15 Km de distância do limite da Terra Indígena.

Estabelecer uma lei que ofereça educação para os grandes agricultores que utilizam agrotóxico por via aérea.

Proibir o uso de agrotóxicos nas regiões do entorno de nascentes e córregos.

Proibir o uso de agrotóxico na área de 15 Km de distância dos rios do Sangue, Papagaio, Juinha, Rio dos Peixes, rio Arinos, Juruena, Iquê, rio Preto e demais rios da bacia do Juruena.

Propostas para ocupação no limite da Terra Indígena

Reflorestar com espécies nativas os limites das terras indígenas alterados por desmatamento

Monitorar a qualidade do ar e das águas no entorno das terras indígenas para evitar a contaminação por agrotóxicos pelos órgãos de controle ambiental capacitando os indígenas para participar destas ações.

Garantir que o entorno das terras indígenas seja ocupado por atividades agroflorestais diversificadas

Fiscalizar rigorosamente a ocupação no entorno do distrito de Conselvan pela proximidade da terra indígena Aripuanã

Garantir a manutenção da integridade da vegetação natural no limite das terras indígenas

Garantir e respeitar os limites de 10Km no entorno das áreas indígenas evitando novos projetos assentamentos

Garantir a aviventação constante dos limites das terras indígenas com participação das comunidades indígenas neste processo.

Recuperar o entorno das Terras Indígenas com espécies nativas.

Proposta para Hidrelétricas

Em relação à Usina de Dardanelos, realizar um novo levantamento, o mais breve possível. Consultar as comunidades indígenas afetadas por este projeto como condição para a sua autorização. Garantir o direito indígena. O estudo realizado não considerou os impactos sociais, culturais e ambientais para os povos Cinta Larga e Arara.

Resgatar os ossos, cerâmica e outros elementos que faziam parte deste cemitério sagrado. Criar um museu em Aripuanã com estes materiais retirados deste lugar do cemitério.

Criar um programa de capacitação dos Cinta Larga e Arara para administrar o Museu.

Os Enawane Nawe não concordam com as pesquisas da Empresa de Pesquisa Energética que está realizando os estudos na bacia Juruena. Os estudos vão atrair mais projetos novos de PCH's, provocando mais invasão e prejuízos para o rio.

Criar um sistema de gestão dos recursos hídricos com a participação indígena como gestores.

Participação efetiva dos indígenas na elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e RIMA.

Em relação à PCH Juína, o Estado assumir o papel de apoio e interesse no processo para a realização dos direitos indígenas, como a Casa Civil.

Propostas para o garimpo

Proibir a entrada de garimpeiros dentro de Terras Indígenas.

Garantir a não exploração de minérios em terras indígenas

Integrar a comunidade indígena na fiscalização e combate as atividades garimpeiras nas terras indígenas

Apoiar as atividades de fiscalização de atividades econômicas ilegais em terras indígenas.

Propostas para a exploração madeireira

Garantir uma fiscalização mais rigorosa, dos planos de manejo no entorno de T.I., pelos órgãos públicos competentes, conforme a legislação.

Não fazer florestamento com espécies exóticas.

Garantir que o programa de reflorestamento seja com espécies nativas de florestas e cerrado.

Implementar programa de apoio e fomento para os indígenas terem viveiros de mudas como de piqui, cumbaru, buriti, jabuticaba do cerrado, mangaba e de outras espécies nativas de florestas e cerrado.

Fomentar que a recuperação das áreas degradadas das propriedades particulares sejam abastecidas também com a produção de viveiros de mudas e sementes vindas das Terras Indígenas.

Proibir a entrada de madeireiros ilegais nas Terras Indígenas

Capacitação dos membros das comunidades indígenas para fiscalizar as atividades madeireiras ilegais dentro das T.I.'s.

Garantir infra-estrutura, equipamentos e recursos financeiros para a comunidade indígena realizar a fiscalização dentro das Terras Indígenas.

Criar mecanismos que possibilitem o repasse do ICMS Ecológico do Estado para as comunidades indígenas, como apoio ao exercício da fiscalização indígena.

Assegurar a fiscalização regular e intensa pelos órgãos competentes dentro das T.I.'s.

Proposta para o turismo

Consultar os povos indígenas para definir a autorização de turismo dentro das Terras Indígenas.

Conforme a decisão de cada povo em autorizar o turismo em Terras Indígenas, que seja com controle, participação e decisão dos povos indígenas em parceria com órgãos competentes.

Proibir o turismo na T.I. Enawene Nawe.

Proposta para a grilagem

Garantir fiscalização rigorosamente dentro e no entorno das terras indígenas.

Garantir um amplo fórum de debates em relação a todas e quaisquer decisões relativas à questão da terra, com participação efetiva dos indígenas.

A recuperação e conservação do meio ambiente, da qualidade do solo, ar e água, devem ser dos grandes e médios proprietários e de todos os grupos sociais que usufruem dos recursos naturais existentes no mundo, sendo isso de responsabilidade maior para aqueles que mais desmatam.

Conclusão

Há legitimidade de todos os problemas levantados e das propostas deliberadas. É necessário monitorar a incorporação destas propostas na relatoria final, na aprovação deste projeto e na implementação dele.